



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Brasília

PROGRAMA DE POLÍTICAS
PÚBLICAS EM SAÚDE
ESCOLA FIOCRUZ DE GOVERNO-EFG/DIREB/FIOCRUZ

EMENTAS

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

1. Avaliação em saúde

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 3

Carga Horária: 45

Ementa:

Conceitos básicos e tendências no estudo sobre avaliação. Perspectivas históricas do campo da avaliação em saúde. Modelos intervenção: vertentes teóricas. Tipologias de avaliação. Indicadores de qualidade em saúde e critérios de avaliação. Estimativa de Avaliabilidade. Matrizes de monitoramento, de julgamento e de avaliação. Estimativas rápidas de avaliação.

Bibliografia:

Alves CKA, natal S, Felisberto E, Samico I. Interpretação e Análise de Informações: o uso de matrizes, critérios, indicadores e padrões. In: Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais. Recife: Medbook, p.89-107. 2010.

Arretche, Marta. Tendências no estudo sobre avaliação. RICO, Elizabeth M. (Org.). Avaliação de Políticas Sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

Bezerra LCA, Cazarin G, Alves CKA. Modelagem de programas: da teoria à operacionalização. In: Avaliação em saúde: bases conceituais e operacionais. Recife: Medbook, p.65-78. 2010.

CDC (Center of Disease Control and Prevention). Framework for Program Evaluation in Public Health. MMWR (Morbidity and Mortality Weekly Report) 1999; 48 (RR-11): 1-40. Contandriopoulos AP, Champagne F, Denis JL, Pineault RA. Avaliação na área da saúde: conceitos e métodos. In: Hartz Z M A (org.). Avaliação em Saúde: dos modelos conceituais a prática na análise da implantação de programas. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), 1997: 29-48.

Greene JC, Caracelli VJ, Graham WF. Toward a Conceptual Framework for Mixed-Method Evaluation Designs. Educational Evaluation and Policy Analysis 1989; 11 (3): 255-274.

Hartz ZMA. Avaliação dos programas de saúde: perspectivas teórico-metodológicas e políticas institucionais. Ciência & Saúde Coletiva 1999; 4(2): 341-353.

Hartz ZMA; Vieira-da-Silva, Ligia Maria (Orgs.). Avaliação em Saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de Saúde. Salvador: Edufba/ Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.

Medina MG, Silva GAP, Aquino R, Hartz ZMA. Uso de modelos teóricos na Avaliação em Saúde: aspectos conceituais e operacionais. In: Hartz ZMA & Vieira-da-Silva. Avaliação em saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de saúde. Salvador/Rio de Janeiro, EDUFBA/FIOCRUZ. 2005. P. 15-39.

Rossi PH, Lipsey MW, & Freeman HE. Evaluation: A systematic approach. 7th Ed. Thousand Oaks, Sage Publications: CA, 2004.

Samico I, Felisberto E, Figueiró AC, Frias PG (organizadores). Avaliação em Saúde: Bases Conceituais e Operacionais. Rio de Janeiro: Editora Medbook; 2010.

Santos, W. Guilherme. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

Werneck Vianna, MLT. A americanização perversa da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

2. Direito Sanitário, justiça social e saúde

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 3

Carga Horária: 45

Ementa:

O Estado Democrático e Sanitário de Direito. Formulação de Políticas Públicas e Democracia Sanitária. Os poderes do Estado republicano e a formulação e implementação da Política de Saúde. Poderes do Estado e a relação com a saúde. Judicialização como fenômeno. Mediação Sanitária como instrumento de justiça. Advocacy em Saúde.

Bibliografia:

1. Alves, Sandra M.C. et al Direito Sanitário em Perspectiva. Brasília: ESMPU, 2013. 198 p.
2. Azevedo, Plauto Faraco. Direito, Justiça Social e Neoliberalismo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
3. Barata, Rita Barradas. Como e porque as desigualdades sociais fazem mal à saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009.
4. Bittar, Eduardo C. Doutrinas e Filosofias Políticas. São Paulo: Atlas, 2002
5. Bobbio, N. A era dos Direitos. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
6. CAPPELLETTI, M., GARTH, B.G. El acceso a la Justicia. Madrid: Fondo de Cultura Economica, 1996.
7. Cebola, C.M. La mediación. Madrid: Marcial Pons, 2013.
8. Cruz, M.Braga. Teorias Sociológicas: os Fundadores e os Clássicos. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013, 755p.
9. Corsi G.; Esposito, Elena; Baraldi, Claudio. Glosario sobre la teoría Social de Niklas Luhman. México: Universidad Iberoamericana, 1996,
10. Dallari, Sueli G. et al. Advocacia em Saúde no Brasil contemporâneo. In Revista de Saúde Pública, v.30, n. 6, 1996. p. 592-601.
11. Declaración de Alma-Ata, adoptada en 1978 en la Conferencia Internacional sobre Atención Primaria de Salud. Disponible en http://www.paho.org/spanish/dd/pin/alma-ata_declaracion.htm (acceso el 21 de febrero de 2013).
12. Delduque, Maria Célia et al. El derecho desde la Calle: introducción crítica al derecho a la salud. Brasília: UnB. 2009, 390 p.

13. Dworkin, R. Justiça para Ouriços. Coimbra: Almedina, 2012.
14. Faria, J.E. O sistema brasileiro de Justiça: experiência recente e futuros desafios. In Revista de Estudos Avançados n.18 v. 51. 2004. p. 103-125.
15. Luhmann, N. Law as a Social System. Klaus A. Ziegert (trad). Oxford: Social-Legal Studies. 2004.
16. Hogerzeil, Hans V et al. Is access to essential medicines as part of the fulfillment of the right to health enforceable through the courts? The Lancet [online], Londres, v. 368, n 9532, p. 305-311, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0140673606690764>> Acesso em 17 maio 2013.
17. Maués, Antonio G.Moraes & Simões, Sandro Alex de Souza. Direito Público Sanitário Constitucional. In Curso de Especialização a Distância em Direito Sanitário para Membros do Ministério Público e da Magistratura Federal. Brasília, Ministério da Saúde, 2002.
18. Mendes, Eugênio Vilaça (Org.) Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde. São Paulo: Hucitec, 1993.
19. Organización Mundial de la Salud (OMS), Informe final de la Comisión sobre Determinantes Sociales de la Salud, 2008. Disponible en http://whqlibdoc.who.int/publications/2009/9789243563701_spa.pdf (acceso el 18 de febrero de 2013).
20. Romero, Luiz Carlos et al. Avaliação das atividades do legislativo na área de saúde pública (1995-1996). Brasília: Senado Federal, 1998
21. Santos, Boaventura de Sousa. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2005.
22. Shimazono, Y, The state of the international organ trade: a provisional picture based on integration of available information Bulletin of the World Health Organization, 2007; 85:941948.
23. WHO Collaborating Centre for Drug Statistics Methodology, Guidelines for ATC classification and DDD assignment, 2013. Oslo, 2012. Disponível em: http://www.whocc.no/filearchive/publications/1_2013guidelines.pdf. Acesso em 18 mai 2013.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

3. Epidemiologia Geral

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 3

Carga Horária: 45

Ementa:

Contextualização do campo da epidemiologia: histórico e usos. Epidemiologia Descritiva: distribuição dos eventos pelas variáveis tempo, pessoa e espaço. Fatores determinantes e condicionantes da saúde. Indicadores Epidemiológicos: construção. Dinâmica epidemiológica (endemia e epidemia). Estudos epidemiológicos. Vigilância em Saúde e Sistemas de informação.

Bibliografia:

GORDIS, Leon. Epidemiologia. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Revinter, 2010.

KATZ, M. H. Study Design and Statistical Analysis. A practical Guide for Clinicians. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

MACMAHON B & TRICOPOULOS D. Epidemiology Principles & methods. 2nd Ed, Philadelphia: Lippincott-Raven, 1998.

MEDRONHO R, BLOCK KV, LUIZ RR, WERNECK GL. Epidemiologia. 2ª Ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Guia de vigilância epidemiológica. 7a. ed. Brasília: Ed. MS, 2009.

PEREIRA, M. G. Epidemiologia: teoria e prática. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

ROTHMAN, KENETH J. Modern Epidemiology. 4th. ed. Lipicont Willians and Wilker. 2012.

ROUQUAYROL, M. Z. Introdução à epidemiologia. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ: MEDSI, 2013.

SZKLO M & NIETO FJ. Epidemiology: Beyond the basics. Gaithersburg, Maryland, Aspen, 2004.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

4. Federalismo e gestão em saúde

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 3

Carga Horária: 45

Ementa:

Características do Estado brasileiro. Bases normativas do SUS: estrutura federativa e distribuição de prerrogativas e responsabilidades entre as três esferas de governo na área da saúde. Descentralização e regionalização da política de saúde a partir da década de 1990. Redes de atenção à saúde no SUS. Articulação interfederativa e o Contrato Organizativo de Ações Públicas na saúde. Regionalização solidária: dilemas e desafios contemporâneos da gestão em saúde.

Bibliografia:

Almeida, Maria Hermínia T. de. Rescentralizando a Federação? Revista de Sociologia Política, n. 24, 2005, p. 29-40.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de Almeida. O Estado no Brasil contemporâneo. Um passeio pela história. In: MELO,

Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcântara (org). A democracia brasileira. Balanço e perspectivas para o século 21. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p.17-37.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. Federalismo, democracia e governo no Brasil: idéias, hipóteses e evidências. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais, n.51, p.13-34, 2001.

ARRETCHE, Marta T. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, jun. 1999, vol.14, nº. 40, p.111-141.

ARRETCHE, Marta. Continuidades e discontinuidades da Federação Brasileira: de como 1988 facilitou 1995. Dados, vol.52, n.2, p. 377-423, 2009.

BONAVIDES, P. Constituinte e a Constituição a democracia, o federalismo, a crise contemporânea. 3 ed. São Paulo. Malheiros, 2010.

BRASIL. Lei Complementar n.141, de 13 de janeiro de 2012. Regulamenta o art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp141.htm. Acesso em jan 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2001: regulamentação da Lei nº 8.080/90. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Brasília: Ministério da Saúde, 2011. (Série E. Legislação de Saúde).

CARVALHO, Gilson. A inconstitucional administração pós-constitucional do SUS através de normas operacionais. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, 2001, p. 435-444.

DAIN, Sulamis. Os impasses do financiamento fiscal do SUS. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000300013&lng=en&nrm=iso>. Access on 08 May 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462008000300013>.

DOURADO, Daniel de Araujo; ELIAS, Paulo Eduardo Mangeon. Regionalização e dinâmica política do federalismo sanitário brasileiro. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 1, Feb. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-9102011000100023&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 01 Jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-89102011000100023>.

GUERREIRO, Jória Viana; BRANCO, Maria Alice Fernandes. Dos pactos políticos à política dos pactos na saúde. *Ciênc. Saúde coletiva*; 16(3): 1689-1698, 2011.

LIMA, Luciana Dias de. Federalismo fiscal e financiamento descentralizado do SUS: balanço de uma década expandida. *Trab. educ. saúde*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, 2008. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000300010&lng=en&nrm=iso>. access on 08 May 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462008000300010>.

LIMA, Luciana Dias. Federalismo, descentralização e regionalização na política de saúde do Brasil. In: Asensi, Felipe Dutra; Pinheiro, Roseni (Orgs.). *Direito sanitário*. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2012.

SANTOS, Lenir. *Sistema Único de Saúde: os desafios da gestão Interfederativa*. Campinas: Saberes Editora, 2012.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e instituições federativas no Brasil pós-1988. *Revista Sociologia e Política*, vol.24, p.105-121, 2005.

TEIXERA, Sonia Maria Fleury. *Gestão de redes: a estratégia de regionalização da política de saúde*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

VIANA ALD, Lima LD, Oliveira RG. Descentralização e federalismo: a política de saúde em novo contexto? *Lições do caso brasileiro*. *Ciência e Saúde Coletiva*, 7(3): 493-507, 2002.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

5. Métodos de pesquisa

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: SIM

Créditos: 4

Carga Horária: 60

Ementa:

Fundamentos epistemológicos dos métodos de pesquisa. A pesquisa nas ciências humanas. Definições do campo, do problema e do objeto de pesquisa. Requisitos conceituais e teóricos da definição do problema. Formulação dos objetivos da pesquisa. Delineamento da pesquisa: escolha dos métodos e técnicas. Metodologia da pesquisa qualitativa. Metodologia da pesquisa quantitativa. Complementaridade entre o método qualitativo e quantitativo. A triangulação metodológica. Implicações éticas. A coleta de dados. A análise dos dados. Apresentação e interpretação dos resultados da pesquisa. A redação do trabalho científico.

Bibliografia:

DEAN, A.G.; DEAN, J. A.; COULOMBIER, D.; BRENDEL, K. A.; SMITH, D. C.; BURTON, A. H. Epi info, version 6.04: a word processing database and statistics program for public health on IBM-compatible microcomputers. [Computer program]. Atlanta: Centers of Disease Control and Prevention; 1998.

STATISTICAL PACKAGE FOR THE SOCIAL SCIENCES (SPSS). Version 12.0. [Computer program]. Chicago: SPSS Inc.; 2006. BARDIN L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, M. W., & GASKELL, G. (Eds.). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático. (trad. Pedrinho A. Guareschi). Petrópolis: Vozes, 2002.

BECKER HS. Métodos de pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Hucitec, 1993.

BOSI MLM; MERCADO FJ (orgs.). Pesquisa qualitativa de serviços de saúde. Petrópolis: Vozes, 2004.

DEMO P. Sujeito e objeto. In: Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos. Campinas : Papyrus, 2001. p.23-34.

MARTINS, GA. Estatística geral e aplicada. 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2002

MINAYO MCS, ASSIS SG, SOUZA ER. (orgs.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

MINAYO MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 9ª edição. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2006.

MINAYO MCS; DESLANDES SF (orgs.). Caminhos do Pensamento: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

MORETTIN, L. G. Estatística Básica. São Paulo: Makron Books, 1999.

SERAPIONI M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. Ciência & Saúde Coletiva 2000; 5(1): 187-192.

TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística, 9 ed. São Paulo: LTC. 2005

TURATO ER. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Rev. Saúde Pública 2005; 39(3): 507-514.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

6. Oficina de redação de artigos científicos

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 1

Carga Horária: 15

Ementa:

Publicação científica: forma e conteúdo. Artigos científicos; tipos de artigo científico; estrutura de um artigo científico (IMRAD); tabelas e gráficos; citações e referências bibliográficas; escolha do periódico; submissão e revisão do artigo.

Bibliografia:

CORREIA JB, DUARTE MCMB, SOUZA ASR. Manual do Pesquisador do IMIP. 2ª edição. Linceu gráfica e editora: Recife; 2007.

DAY, R. Como escrever e publicar um artigo científico. Livraria Santos Editora, 2001.

HALL, GM. How to write a paper. BMJ Books, 1998.

INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS. Uniform requirements for manuscripts submitted to Biomedical Journals: writing and editing for biomedical publication. February 2006.

KEKÁLE, T., WEERD-NEDERHOF, P.; CERVAI, S. AND BORELLI, M. The dos and donts of writing a journal article. Journal of Workplace Learning. Vol. 21(1), 2009 pp. 71-80.

PEREIRA, M. G. Artigos científicos: como redigir, publicar e avaliar. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2011.

SZKLO, M. Quality of scientific articles. Revista de Saúde Pública 2006; 40 (nº especial): 30-35.

ZEIGER M, GRAW Mc. Essentials of writing Biomedical Research Papers. Hill, 2000.

Áreas de Concentração:

7. Planejamento em saúde

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 3

Carga Horária: 45

Ementa:

Origens e desenvolvimento do planejamento em saúde na América Latina e Brasil. Principais propostas metodológicas e seus desdobramentos na prática institucional: o CENDES-OPS, o CPPS, o pensamento estratégico, a trilogia matusiana (PES, MAPP E ZOOP). Planejamento e programação em saúde no Brasil hoje: correntes de pensamento e desafios da prática. Situação atual e perspectivas do planejamento e da programação em saúde no contexto atual de construção do SUS. Planejamento e programação das ações de saúde no SUS.

Bibliografia:

1. Gallo Edmundo; Merhy, Emerson Elias; Mendes-Gonçalves, Ricardo Bruno. Razão e planejamento: reflexões sobre política, estratégia e liberdade. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec, 1995.
2. Green, Andrew. An introduction health planning in developing countries. 2.ed. New York: Oxford Press, 1999.
3. Hartz, Zulmira Maria de Araujo; Vieira da Silva, Ligia Maria (Orgs.). Avaliação em Saúde: dos modelos teóricos à prática na avaliação de programas e sistemas de Saúde. Salvador: Edufba/ Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.
4. Huertas, Franco. Entrevista com Carlos Matus: o método PES. São Paulo: Fundap, 1996.
5. Offe, Claus. Capitalismo desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo: Brasiliense, 1989.
6. Oliveira, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. Revista de Administração Pública, abr 2006, v. 40, n. 2, p.273-287.
7. Paim, J. S. Planejamento de saúde para não especialistas. In: Campos, G. W. (org). Tratado de Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 2006.
8. Pineault, Raynald; Daveluy, Carole (Eds). La planification de la santé: concepts, methodes et strategies. Montreal: Agence d'Arc, 1986, p. 191-202.
9. Rivera, Francisco Javier Uribe. Agir comunicativo e planejamento social: uma crítica ao enfoque estratégico. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
10. Teixeira, C. F. Planejamento em saúde: conceitos, métodos e experiências. Salvador: Edufba, 2010. 161p.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

8. Políticas públicas e intersetorialidade

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 3

Carga Horária: 45

Ementa:

A complexidade dos problemas sociais e a abordagem intersetorial na gestão das políticas públicas. Atores, conhecimentos disciplinares e experiências sociais diversas na integração de saberes e práticas de campos profissionais. Revelância da participação social, da descentralização e da horizontalidade nas relações políticas, e seu potencial para promover práticas inovadoras na gestão pública. Desafios de ordem epistemológica, social e cultural na gestão de programas, políticas e projetos intersetoriais. Análise de experiências recentes de Políticas, Programas e Projetos no Brasil, com foco na promoção da saúde e da qualidade de vida.

Bibliografia:

1. Bourguignon, J.A., Concepção de rede intersetorial. 2001. Disponível em : <http://www.uepg.br/nupes/intersetor.htm>. acesso
2. Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Básica, Departamento de Atenção Básica, Ministério da Educação. PSE Programa Saúde na escola, passo a passo, Tecendo caminhos da intersetorialidade, Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

3. Brasil. Ministério da Saúde, As Cartas da Promoção da Saúde. Ministério da Saúde, Brasília, 2002.
4. Buss, PM, Carvalho, AI, Desenvolvimento da Promoção da Saúde no Brasil nos últimos vinte anos (1988- 2008), *Ciência e Saúde Coletiva*, 14 (6):2305-2316, 2009.
5. Campos, GW de S, Um método para análise e co-gestão de coletivos. São Paulo: Hucitec, 2000.
6. Carta de Ottawa. Primeira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde. Disponível em: www.opas.org.br/promocao/ Contrandriopoulos, A-P, (2006) *Éléments pour une topographie du concept de santé et de ses déterminants*, *Ruptures*, 11,1 : 86-99.
7. Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais, UNESCO, 2005.
8. Czeresnia, D, Maciel, EMG de S, Oviedo, RAM, Os Sentidos da Saúde e da Doença , Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2013.
9. Fleury, S, Redes de Políticas: novos desafios para a gestão pública, *Administração em diálogo*, São Paulo, nº 7, pp. 77-89, 2005.
10. Giddens, A., As consequências da Modernidade, São Paulo: Editora UNESP, 1991.
11. Inojosa, R.M., Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional, *RAP*, Rio de Janeiro, nº32, pp.35-48, mar/abr, 1998.
12. Inojosa, R.M., Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersetorialidade, *Cadernos Fundap*, São Paulo, nº22, pp. 102-110, 2001.
13. Junqueira, L.A.P., A gestão intersetorial das políticas sociais e o terceiro setor, *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v.13, n. 1, pp.25-36, jan/abr, 2004.
14. Junqueira, L.A.P., Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersetorialidade, *Saúde e Sociedade*, 6 (2): 31-46, 1997.
15. L'Intégration de la promotion et de la prévention dans les systèmes de santé, In *Promotion & Education*, *International Journal of Health Promotion and Education*, Supplement, quartely 3, 2005.
16. Lamarche, PA, Solimano, G, Lacombe, R, Fortin, JP, & Groleau, G, Desarrollo de la accion y el compromiso intersectorial, In: *Organización Panamericana de la Salud, Conferencia de la Asociación Latino-Americana y del Caribe de Educación em Salud Pública (ALAESp)*, 19, Anales, La Habana, 2000.
17. Marmot, M. & Wilkinson, RG, (eds). *Social Determinants of Health*, Oxford University Press, Oxford, NY, 1999.
18. Marmot, M. (2005) *Social Determinants of Health Inequalities*, *Lancet* 365: 1099-1104.
19. Morin, E., Os sete saberes necessários à Educação do Futuro, 8ª Edição, São Paulo, Cortez, Brasília, DF, UNESCO, 2003.
20. Morin, E., *Para sair do século XX*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
21. Moysés, SJ, Moysés, ST, Krempel, MC, Avaliando o processo de construção de políticas públicas de promoção da saúde: a experiência de Curitiba, *Ciência e Saúde Coletiva*, 9 (3): 627-641, 2004.
22. Nascimento, S., Reflexões sobre a intersetorialidade entre políticas públicas, *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 101, pp.95-120, jan/mar, 2010.
23. Silva, FA B da, Araújo, HE, *Cultura Viva: avaliação do programa arte educação e cidadania*, Brasília, IPEA, 2002, 148 p.

24. Silva, G. T d, Políticas Públicas e intersectorialidade: uma discussão sobre a democratização do Estado. Cadernos Metr pole 19, pp. 18-97, 1  semestre, 2008.

25. Sousa-Santos, B., Reinventar a Democracia: entre o pr -contratualismo e o pós-contratualismo, n   107, abril 1998. Oficina do Centro de Estudos Sociais, Coimbra, Portugal, 1998.

 reas de Concentra o:

Políticas Públicas em Saúde

9. Políticas públicas e sistema de saúde

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: SIM

Créditos: 4

Carga Horária: 60

Ementa:

Fundamentos conceituais e metodológicos para análise de políticas públicas. Ciclo de políticas Públicas. Estado de Bem-Estar Social: origem, desenvolvimento e transforma es. O Estado de Bem Estar Social e a política de prote o social do Brasil. Padrões de atua o do Estado na saúde: trajetória histórica e institucional da política de saúde no Brasil. Movimentos de reforma em saúde e a agenda da seguridade social. Princípios e lógica organizativa do Sistema  nico de Saúde (SUS). A crise do Estado e suas interfaces com a política de saúde. Balanço da implanta o do SUS nas duas últimas décadas.

Bibliografia:

1. ARRETCHE, M.T.S. Emergência e Desenvolvimento do Welfare State: teorias explicativas. Boletim Informativo e Bibliográfico em Ciências Sociais. v. 39, p.3-40, 1995
2. BAHIA, L. A démarche do privado e público no sistema de aten o   saúde no Brasil em tempos de democracia e ajuste fiscal, 1988-2008. In: Lima JCF, Matta GC, org. Estado, Sociedade e Forma o Profissional em Saúde: Contradi es e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. p. 123-185.
3. BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; MATTOS, Ruben Araujo de. Sobre Política (ou o que achamos pertinente refletir para analisar políticas). Disponível em: <http://www.ims.uerj.br/ccaps/?p=443>. . Acesso em maio de 2014.
4. BAPTISTA, Tatiana Wargas de Faria; REZENDE, M nica de. A ideia de ciclo na análise de políticas públicas. Disponível em: <http://www.ims.uerj.br/ccaps/?p=432>. Acesso em maio de 2014.
5. CEBES. A questão democrática na área da saúde. Documento apresentado pelo Cebes no 1  Simpósio sobre Política Nacional de Saúde na Câmara Federal em outubro de 1979. Saúde em Debate, 9: 11-13, jan/fev/mar de 1980. (documento republicado em FLEURY S, BAHIA L, AMARANTE P, org. Saúde em Debate: fundamentos da reforma sanitária. Rio de Janeiro: Cebes; 2007. p. 149-151.)
6. DRAIBE, S nia Miriam. Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econ mico e Cidadania: algumas li es da literatura contemporânea. In: HOCHMAN, G. et al. (Orgs.) Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007. p.27-64.
7. VIANA, Ana Luiza d' vila; LEVCOVITZ, Eduardo. Prote o social: introduzindo o debate. In: VIANA, Ana Luiza d' vila; ELIAS, Paulo Eduardo M.; IBANEZ, Nelson (Orgs.). Prote o social: dilemas e desafios. São Paulo:

Hucitec, 2005. p.15-57.

8. DRAIBE, Sônia Miriam. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. Campinas, Unicamp/NEPP, Caderno de Pesquisa, n.08, 1993.

9. WERNECK VIANNA MLT. O processo de americanização da proteção social para os brasileiros. In: Werneck Vianna MLT. A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil: estratégias de bem-estar e políticas públicas, Rio de Janeiro: Revan/UCAM/IUPERJ; 1998. p. 130-166.

10. FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Revista Brasileira de Ciências Sociais, fev. 2003, vol.18, nº.51, p.21-30.

11. SUÁREZ JE, org. Saúde e Democracia. História e Perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 27-58.

12. FIORI, José Luiz. Para uma economia política do Estado brasileiro. In: FIORI, J.L. Em busca do dissenso perdido. Ensaios críticos sobre a festejada crise do Estado. Rio de Janeiro: Insight, 1995. p.121-161.

13. FLEURY S, BAHIA L, AMARANTE P, org. Saúde em Debate: fundamentos da reforma sanitária. Rio de Janeiro: Cebes; 2007.

14. FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n.21, jun. 2000, p. 211-259.

15. GIOVANELLA L, ESCOREL S, LOBATO LVC, NORONHA JC, CARVALHO AI, org. Políticas e Sistema de Saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2012. p: 885-910.

16. LIMA NT, FONSECA CMO, HOCHMAN G. A Saúde na Construção do Estado Nacional no Brasil: Reforma Sanitária em Perspectiva Histórica In: Lima NT, Gershman S, Edler

17. MACHADO, Cristiane Vieira. Notas sobre o papel do Estado Nacional no desenvolvimento, na proteção social e na política de saúde. In: MACHADO, Cristiane Vieira. Direito Universal, política nacional: o papel do Ministério da Saúde brasileira de 1990 a 2002. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

10. Saúde, Cultura e Alimentação

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 3

Carga Horária: 45

Ementa:

Discutir o conceito de comensalidade e sua relação com a saúde humana a luz de aspectos histórico-socio-antropológicos de hábitos, costumes e práticas alimentares no Brasil. Buscar-se-á autores internacionais e nacionais para orientar a compreensão de diferentes formas do comer enquanto expressão dos modos de vida e cultura. Realizar a aproximação do conceito de comensalidade e sua relação com a saúde humana. A disciplina será desenvolvida por meio de aulas dialogadas, atividades em grupo, seminários e discussões.

Bibliografia:

1. AMIRAIAN, D. E. and SOBAL, J. Dating and eating. Beliefs about dating foods among university students. *Appetite* 53:226232.2009.

2. Baudrillard, J. O sistema de objetos. São Paulo: Perspectiva: Debates 70, 2006.
3. CARVALHO, M. C. et al. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Ciência e Saúde Coletiva* 16(1): 155-163, 2011.
4. CASCUDO, L.C. História da Alimentação. São Paulo: Global, 2004.
5. CERTAU, M. et al. A invenção do cotidiano 2 : Morar e cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994.
6. FISCHLER, C. Commensality, Society and Culture : Science, Information. September-December, 2011. 50:528-548. 2011.
7. FLANDRIN, J.L. Montanari, Histoire de l'Alimentation. Paris: Fayard, 1996.
8. FREITAS, M.C. et al. Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias compreensivas. *Ciência e Saúde Coletiva*. 16(1): 31-38, 2011.
9. GARCIA, R.W.D. Alimentação e saúde nas representações e práticas alimentares do comensal urbano. In: Canesqui AM, Garcia RWD, organizadoras. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: FIOCRUZ; 2005. p.211-225.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

11. Saúde, trabalho e ambiente

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 3

Carga Horária: 45

Ementa:

Saúde, ambiente e trabalho: aspectos históricos e contemporâneos. Gestão dos recursos humanos: problemas e desafios. Análise e prevenção de riscos ambientais. Processos da organização do trabalho em saúde e os seus impactos na qualidade de vida dos trabalhadores. Processos de adoecimento e estratégias de enfrentamento no trabalho. Aspectos teóricos e metodológicos do monitoramento ambiental. Desenvolvimento sustentável: interferências nos modos de produção do trabalho.

Bibliografia:

ANTUNES, R. Fordismo, toyotismo e acumulação flexível. In: Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho- 5 ed - São Paulo: Ed. Universidade Estadual de Campinas, 1998. p.13-38.

BIRMAN, J. Entre cuidado e saber de si: sobre Foucault e a psicanálise. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

CAMPOS, G. V. de S. Um método para análise e co-gestão de coletivos. São Paulo: 2000
COSTA, Danilo; LACAZ, Francisco Antonio de Castro; JACKSON FILHO, José Marçal e VILELA, Rodolfo Andrade Gouveia. Saúde do Trabalhador no SUS: desafios para uma política pública. *Rev. bras. saúde ocup.* [online]. 2013, vol.38, n.127, pp. 11-21. ISSN 0303-7657. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572013000100003>.

DE MASI, D. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. trad. Yadyr A. Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. da UNB, 1999.

FOUCAULT, M. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979, cap III, p.39-69.

GONÇALVES, R. B. M. Tecnologia e organização das práticas sociais de saúde: características tecnológicas do processo de trabalho na rede estadual de centros de saúde de São Paulo. São Paulo: Hucitec.

LAURELL, A. C & NORIEGA, M. Processo de produção e saúde - trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec, 1987.

LEOPARDI, M. T. (Org). O Processo de trabalho em saúde: organização e subjetividade. Florianópolis: UFSC, 1999.

LIMA, M. E. A. Os equívocos da excelência: as novas formas de sedução na empresa. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

LIMA, R. de C. D. A enfermeira: uma protagonista que produz o cuidado no cotidiano do trabalho em saúde. Vitória: Edufes, 2001.

MERHY, E.E; ONOCKO, R. (Org) Agir em saúde: um desafio para o público. São Paulo: Hucitec, 1997.

MORIN, Edgar. O Paradigma perdido a natureza humana. 5ª edição. Publicações Europa América, 1973 p.222.

MOTA, E. A nova fábrica de consensos. São Paulo: Cortez, 1998.

NAVARRO, V. Produção e estado de bem-estar: o contexto das reformas. In: LAURELL, A.C.(Org). Estado e políticas sociais no neoliberalismo. São Paulo: Cortez, 1995. p. 91-124.

OFF, C. Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. Tradução de Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

PAIM, J. S. Recursos humanos em saúde no Brasil: problemas crônicos e desafios agudos. São Paulo: Faculdade de Saúde Pública/USP, 1994.

SALIM, C. A.; SERVO, L. M. S (Org.). A Saúde e segurança no trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores. Brasília: Ipea, 2011. p. 290-328.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

12. Seminário de Pesquisa I

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: SIM

Créditos: 1

Carga Horária: 15

Ementa:

O Seminário de Pesquisa 1 tem por objetivo a elaboração do projeto de pesquisa, sendo que neste primeiro módulo será trabalhado com o aluno as diferentes etapas de elaboração de um projeto de pesquisa, passando pelo levantamento/revisão inicial da literatura, elaboração do problema, formulação de hipóteses e definição da metodologia de pesquisa.

Bibliografia:

BASTOS, L. R. et al . Manual para Elaboração de Projetos e Relatórios de Pesquisas, Teses, Dissertações e GREENHALGH, T. Como ler artigos científicos. Artmed Editora, 2005.

MALMFORS, B., GAMSWORTHY, P. & GROSSMAN, M. Writing and Presenting Scientific Papers. Nottingham University Press 2005.

TOMASI, NGS.;YAMAMOTO, RM. Metodologia da pesquisa em saúde: Fundamentos essenciais. Curitiba: As autoras, 1999.

VIEIRA, S. & HOSSNE, W. S. Metodologia científica para a área de Saúde. Editora Campus 2001.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

13. Seminário de Pesquisa II

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: SIM

Créditos: 1

Carga Horária: 15

Ementa:

O Seminário de Pesquisa II visa aprimorar e refinar o projeto de pesquisa do aluno, com vista ao exame de qualificação, ao final do segundo semestre do curso. Neste módulo, haverá apresentação de trabalhos em desenvolvimento pelos alunos e problematização de suas escolhas metodológicas, de modo a se beneficiar das contribuições críticas de colegas e docentes.

Bibliografia:

Referências bibliográficas poderão ser sugeridas em função da especificidade dos projetos apresentados.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

14. Seminário de Pesquisa III

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: SIM

Créditos: 1

Carga Horária: 15

Ementa:

O Seminário de Pesquisa III mantém o mesmo objetivo do seminário anterior - aprimorar os projetos de pesquisa dos alunos adotando, sempre que possível, como foco principal de trabalho, a coleta, análise dos dados e resultados obtidos. Neste módulo, cada aluno, ao expor seu trabalho aos colegas e docentes, poderá se beneficiar de uma discussão coletiva dos resultados encontrados em sua pesquisa.

Bibliografia:

Referências bibliográficas poderão ser sugeridas em função da especificidade dos projetos apresentados.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

15. Seminário de Pesquisa IV

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: SIM

Créditos: 1

Carga Horária: 15

Ementa:

O Seminário de Pesquisa IV se destina, especificamente, ao acompanhamento formal do aluno pelo orientador durante a elaboração final da dissertação, de modo a garantir

a conclusão do trabalho com qualidade e respeitando o prazo previsto pelo Programa. Este Seminário de Pesquisa IV deve coroar as orientações feitas pelo orientador desde o ingresso do aluno no Programa.

Bibliografia:

Referências bibliográficas serão sempre sugeridas pelo orientador em função da especificidade dos projetos de seus orientandos.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

16. Tópicos especiais I

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 1

Carga Horária: 15

Ementa:

A disciplina se destina a contemplar docentes visitantes ou tópicos especiais não conteúdos não inseridos nas ementas disciplinares como, por exemplo, discussões de fatos e eventos ocorridos e que sejam representativos para as políticas públicas de saúde ou a visita de um professor estrangeiro etc.

Bibliografia:

A depender do tema a ser discutido no Tópico especial.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

17. Tópicos especiais II

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 1

Carga Horária: 15

Ementa:

A disciplina se destina a contemplar docentes visitantes ou tópicos especiais não conteúdos não inseridos nas ementas disciplinares como, por exemplo, discussões de fatos e eventos ocorridos e que sejam representativos para as políticas públicas de saúde ou a visita de um professor estrangeiro etc.

Bibliografia:

A depender do Tópico especial a ser debatido.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

18. Tópicos especiais III

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 1

Carga Horária: 15

Ementa:

A disciplina se destina a contemplar docentes visitantes ou tópicos especiais não conteúdos não inseridos nas ementas disciplinares como, por exemplo, discussões de

fatos e eventos ocorridos e que sejam representativos para as políticas públicas de saúde ou a visita de um professor estrangeiro etc.

Bibliografia:

A depender do Tópico especial a ser debatido.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

19. Tópicos especiais IV

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 1

Carga Horária: 15

Ementa:

A disciplina se destina a contemplar docentes visitantes ou tópicos especiais não conteúdos não inseridos nas ementas disciplinares como, por exemplo, discussões de fatos e eventos ocorridos e que sejam representativos para as políticas públicas de saúde ou a visita de um professor estrangeiro etc.

Bibliografia:

A depender do Tópico Especial a ser debatido.

Áreas de Concentração:

Políticas Públicas em Saúde

20. Vigilância em saúde

Nível: Mestrado Profissional

Obrigatória: NÃO

Créditos: 3

Carga Horária: 45

Ementa:

Fundamentos de vigilância em saúde e suas competências. Desenvolvimento do conceito de vigilância em saúde. O conceito de risco. Vigilância epidemiológica, Vigilância sanitária, Vigilância ambiental e do trabalho. Territorialização. Dinâmica da população. Diagnóstico de Saúde da comunidade.

Bibliografia:

AITH, F.; DALLARI, S.G. Vigilância em saúde no Brasil: os desafios dos riscos sanitários do século XXI e a necessidade de criação de um sistema nacional de vigilância em saúde. Rev. Direito Sanit. São Paulo, v. 10, n. 2, out. 2009. Disponível em http://www.revistasusp.sibi.usp.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-1792009000200006&lng=pt&nrm=iso acesso em 14 abr. 2011.

AUGUSTO, L. G. S.; FREITAS, C. M. O Princípio da Precaução no uso de indicadores de riscos químicos ambientais em saúde do trabalhador. Ciência & Saúde Coletiva, 3(2):85-95, 1998.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. A Prática do Controle Social: Conselhos de Saúde e financiamento do SUS. Série Histórica do CNS, n.1 Brasília, 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Curso de Capacitação de Conselheiros Estaduais e Municipais de Saúde. Guia do Conselheiro. Série F. Comunicação e Educação em Saúde. Brasília, 2002.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Departamento de Atenção Básica. Guia prático do Programa Saúde da Família. Brasília, 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Fundação Nacional de Saúde. Programa Saúde da Família. Saúde dentro de Casa. Brasília, 1994.

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. Incentivo à participação popular e controle social no SUS. Textos técnicos para conselheiros de saúde. Brasília, 1998.

BRASIL. ANVISA. Guia de orientações para a elaboração do plano de ação em vigilância sanitária. Brasília, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Vigilância em Saúde. Brasília: CONASS, 2007. 278 p. (Coleção Progestores Para entender a gestão do SUS, 6, I).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Ciclo de debates sobre redes regionalizadas de atenção a saúde: desafios do SUS. Vigilância em Saúde e Promoção da Saúde, relatório descritivo. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Guia de vigilância epidemiológica. 7. ed. Brasília: MS, 2010a. (Caderno 10). Disponível em www.saude.gov.br/svs. Acesso em fev/2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Instrutivo para preenchimento da programação das ações de vigilância em saúde nas unidades federadas; 2010 - 2011. Brasília, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Instrução Normativa No 1, de 7 de março de 2005. Regulamenta a Portaria No 1.172/2004/GM no que se refere às competências da União, estados e municípios e Distrito Federal na área de vigilância em saúde ambiental. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 22/03/2005 p. 000035, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Vigilância em Saúde no SUS: fortalecendo a capacidade de resposta aos velhos e novos desafios. Brasília, 2006. 228 p. il. (Série B. Textos básicos de saúde).

COHEN, M.M. et al. Descentralização das ações de Vigilância Sanitária nos municípios em gestão plena, estado do Rio de Janeiro. Rev. Bras. Epidemiologia. Vol. 7, Nº 3, 2004
DE SETA, M.H.; REIS, L.G.C. As vigilâncias do Campo da Saúde: aportes e implicações para a gestão de sistemas e de serviços de saúde. In: Qualificação dos Gestores do SUS. Organizado por Roberta Gondim de Oliveira, Victor Grabois e Walter Vieira Mendes Júnior. Rio de Janeiro, RJ: EAD/ENSP, 2009. 404 p. Il. Pag. 199 347 (capítulos 7, 8 e 9).

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_sinvas.pdf - Vigilância Ambiental em Saúde.

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/guia_vig_epi_vol_i.pdf - Guia de Vigilância Epidemiológica.

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/area.cfm?id_area=1498 Vigilância em Saúde . Secretaria de Vigilância em Saúde MS/ Brasil ROUQUAYROL, Maria Zélia; ALMEIDA FILHO, Naomar de. Epidemiologia & Saúde. 6ª Edição. Editora Guanabara Koogan. Rio de Janeiro, 2003.

http://prosaude.org/publicacoes/diversos/livro_nova_vigilancia_web.pdf - Vigilância em Saúde no SUS.

http://prosaude.org/publicacoes/guia/Guia_Vig_Epid_novo2.pdf - Guia de Vigilância Epidemiológica.

<http://www.anvisa.gov.br>.